

Eixo Temático

1. Educação no Campo e Movimentos Sociais

Título

MULTÍPLOS MOVIMENTOS DE MULHERES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Autora

Lúcia Araújo da Silva

Instituição

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

E-mail

luciaraujopereira@yahoo.com.br

Palavras-chave

Movimentos Sociais, Mulheres Camponesas e Relação de Gênero

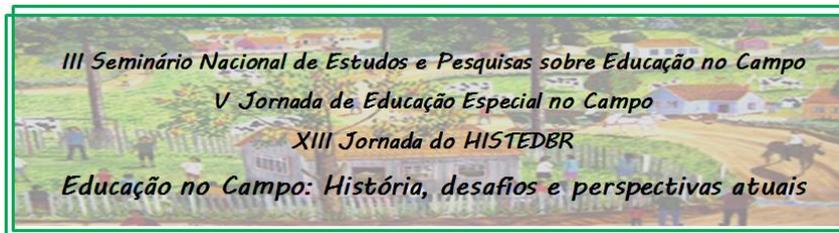
Resumo

Este artigo tem o objetivo apresentar os múltiplos movimentos sociais no território brasileiro, tendo como principal protagonista os movimentos sociais organizados por mulheres camponesas. Enfatizar a participação dessas mulheres, e de seus desafios em representar-se no interior dos movimentos, e a relação de gênero. A pesquisa contribuirá para apresentar, ou seja, dar visibilidade a esses movimentos sociais organizados por mulheres do campo do norte ao sul do Brasil.

Texto Completo

Este artigo apresentará os múltiplos movimentos sociais no território brasileiro organizado por mulheres camponesas. E, enfatizar a participação dessas mulheres, e seus desafios em representar-se no interior dos movimentos, e a relação de gênero. A contribuição desse artigo será dar visibilidade aos movimentos sociais organizados por mulheres e os que proporcionaram a participação delas como sujeito social e político, como no caso do MST. Primeiramente, a reflexão para esse artigo foi a partir de uma experiência de estágio, uma aluna

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



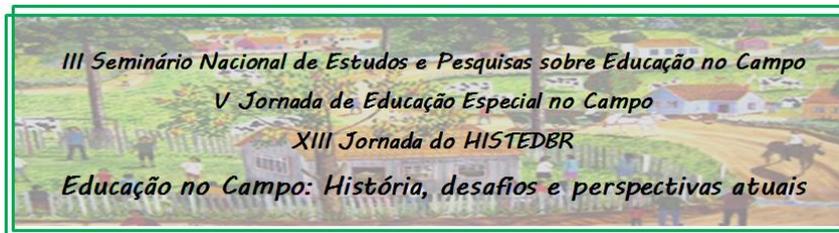
perguntou a professora se no Brasil existia movimentos sociais organizados por mulheres? A professora disse; sim, a aluna chamada Ana, fez uma expressão de que não teve a resposta que desejava ouvir. Refleti como poderia apresentar alguma informação, pedi a professora se pudesse expor algum tema relacionado aos movimentos sociais e as mulheres. A parti daí apresentei um título provisório- Uma resposta para Ana.

Os movimentos que serão analisados neste artigo são – movimento das mulheres camponesas (MMC), movimento interestadual das Quebradeiras de coco de Babaçu (MIQCB), Movimento de pescadores e pescadoras artesanal (MPP).E, a participação da mulher no interior do MST, ou seja, analisar a questão de gênero. Segundo Delma Pessanha Neves; Maria Angélica Motta- Maués:

O reconhecimento do papel produtivo das mulheres pela participação ao trabalho familiar, resultado de lutas sociais de movimentos que articulam interesses específicos aos trabalhadores rurais, tem, contudo, demonstrado diferenças entre as mulheres desse segmento de trabalhadores e dos demais. A legislação previdenciária reconhece essa condição, definindo a idade mínima de 55 anos para aposentadoria. Associando as condições básicas para as possibilidades de reivindicações da autonomia, as agricultoras familiares e pescadoras, alcançando esse momento de vida, têm propiciado outros apoios para a família e relativizando a centralidade da atribuição de provedor aos homens. (MOTTA-MAUÉS, 2013, p.20).

Para entender o caminho percorrido até a obtenção do reconhecimento de aposentadoria foram anos de luta para tirar as mulheres da invisibilidade social a qual viveram, e ainda muitas lutam, nesse momento por seus direitos mais básico de cidadãs. Uma noticia ganhou destaque na última semana, ao mencionar o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanal s(MPP), na ocupação da Superidentencia do Ministério de Pesca e Agricultura (MPA), e Agencia do Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS), em Brasília no dia 15 de junho. Com objetivo de contestar a PEC 8425, “que fere os direitos e a identidade das comunidades pesqueiras tradicionais”. (Brasil de Fato). Como foi mencionado anteriormente a luta por reconhecimento é contínua e árdua. Anteriormente as mulheres dos pescadores cabiam nas atividades a tecer as redes, coletar marisco e selecionar o pescado. (ainda há comunidades com esse mesmo ritmo de tarefas realizada por mulheres), o movimento que vou apresentar

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



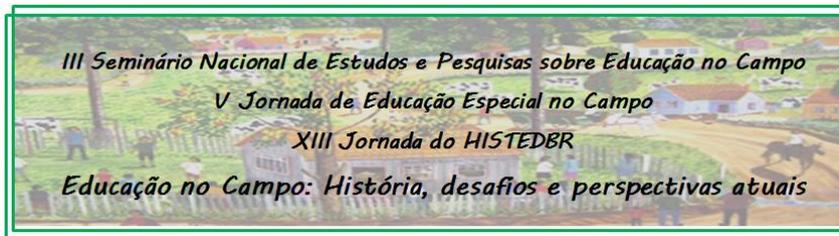
nesse trabalho corresponde a região do Pará e Nordeste brasileiro. Apontamentos sobre o movimento de pescadoras:

No Brasil, a Fundação da Articulação Nacional das pescadoras (ANP) ocorreu durante reunião no Recife em 2006, e contou com apoio diversos, com ênfase para o conselho Pastoral de Pescadores (CPP). A articulação realizou seu segundo encontro nacional em Maio de 2010. De acordo com a carta de fundação do grupo, sua origem remonta a década de 1970. O documento lembra os esforços pioneiros feitos no sentido de identificar a condição de trabalho da “marisqueira”(…) O documento também revela a eleição inédita, em 1985, de uma mulher para presidir uma colônia de pescadores e, nove anos depois, uma federação estadual de pescadores, também em Pernambuco..... (MANESCHY; ÁLVARES, MARIA, 2015, p.4).

Vê-se que o movimento de pescadoras possui uma história de luta da década de 70, com avanços e retrocessos, como vimos na notícia mencionada anteriormente é apenas um dos atos de resistência diante dos cortes financeiros que tem acontecido no país atualmente. Em 29 de junho de 2009, houve a reformulação da lei de pesca lei n. 11.959, “para o desenvolvimento sustentável da pesca e da agricultura como fonte de alimentação, emprego e renda”(artigo 1º)¹, principalmente no reconhecimento das mulheres como agente social. E, nesse momento de luta pelos direitos já conquistados e os povir, é de extrema importância os movimentos sociais em prol da coletividade, ou seja, dar voz aos invisibilizados na política nacional. Pretendo expor uma síntese sobre os movimentos mencionados, pois seria impossível apresenta a história de luta de um movimento em poucas páginas, devido à complexidade o qual envolve a organização de um movimento no Brasil. Outro fator importante a mencionar são os meios de comunicação o qual é utilizado por eles, no site é apresentado o lema e o objetivo do movimento como:

O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanal no Brasil (MPP) é formado por homens e mulheres que produzem alimentos saudáveis e contribui para a soberania alimentar do país. O trabalho desses grupos

¹ http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2007-2007-2010/2009/lei/11959.htm. Acesso 15/ 06/2015.

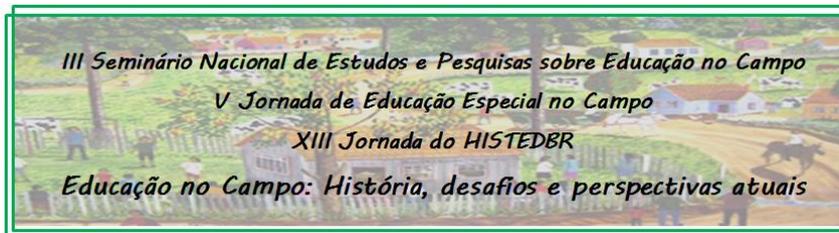


preserva as águas, as florestas, os manguezais e a cultura dos nossos ancestrais².

O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), de Santa Catarina (ou do sul) sua organização teve início na década de 1980, antes era conhecido como o movimento das mulheres agricultoras (MMA). A partir de 1980, o cenário político e econômico do Brasil se modificou, o que explica o aparecimento de diversos movimentos regionais e nacionais. Em tais circunstâncias nasceu o movimento das mulheres camponesas por reivindicações dos direitos trabalhistas, principalmente, em Santa Catarina, direitos para a garantia de sobrevivência da família e, para um futuro melhor aos seus filhos. Segundo Sirlei A. K. Gaspareto e Marilda A. Menezes explica que “... Tais reivindicações vão sendo construídos como direitos das mulheres no próprio processo da luta, a exemplo do reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, documentação pessoal e profissional, aposentadoria, entre outros “(2013,p.304). Observamos que o trato político e econômico para com a produção do camponato sempre foi colocado a margem dos reais interesses econômicos do Estado. Tais condições abrangeu o espaço regional e nacional. Com as experiências de lutas sociais do MMC, seus projetos também evoluíram com o passar do tempo tornando-se bandeira de luta no âmbito nacional, levando a debates e congressos até hoje. Nas palavras de Maria Aparecida de Moraes Silva, constantemente as mulheres camponesas são colocadas no estereótipo do sexo frágil precisando mostrar que no campo o coletivo não escolhe gênero, mas a luta em seu reconhecimento como cidadãs brasileiras:

(...) a participação das mulheres em todas as fases do processo produtivo agrícola; contrapondo-se as concepções de que o trabalho da roça é pesado e, portanto, destinado aos homens e que as mulheres só trabalham quando há precisão. Outrossim, a real atuação das mulheres no trabalho não lhes confere o mesmo estatuto alcançado pelos homens. Ou seja, ainda que exercendo o mesmo trabalho, elas não são consideradas iguais aos homens. (SILVA, 1998, p.85).

²<http://www.mppeloterritorio.blogspot.com.br/movimento-de-pescadores-e-pescadorasartesanais...> acesso 15/06/2015

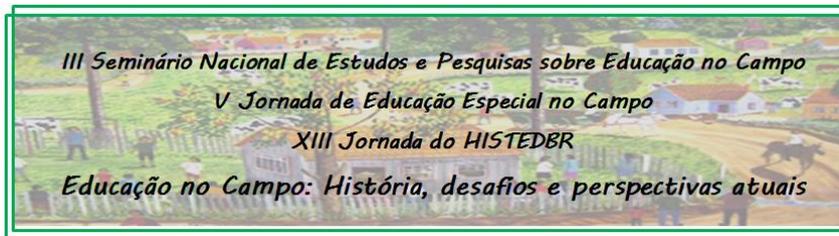


O Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco Babaçu (MIQCB), teve seu primeiro encontro Interestadual em São Luís do Maranhão em 1991, a partir daí outros encontros aconteceram com objetivo de articulação como sujeitos sociais, e principalmente a conscientização coletiva. O movimento abrange o território de quatro estados Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí, a organização do movimento trouxe direitos e deveres as mulheres, assim como, o reconhecimento no processo produtivo sustentável do Babaçu que é uma fonte de renda das regiões citadas. O processo de extração do Babaçu é disputado por diversas empresas, principalmente de cosmético cujo objetivo é o lucro não respeitando direitos dos que participa da extração ou produção, assim como excluem a participação dos lucros da empresa. Segundo Maria Cristina Maneschy e Cristine Escallier; A primeira forma de organização foi realizada dentro da própria comunidade com clubes de mães..., e pelas mulheres das comunidades rurais que eram, tanto um espaço para elas se divertirem. E, mais:

O movimento interestadual das quebradeiras de coco (MIQCB) tem como característica marcante a força das mulheres que compõe. Tal força pode ser refletida nas diferentes atividades proporcionadas pelo grupo, que não apenas anseia tirar seu sustento como a venda do coco ou do azeite, formas de sabonete por ele produzido(...) Discute os direitos das mulheres inseridas no universo machista do campo; os direitos do trabalhador rural, pouco valorizado historicamente e nos dias atuais.....(2013,p.7).

Ainda em relação à luta das mulheres camponesas no interior dos movimentos sociais, o MST foi um dos primeiros a inseri-las como agentes sociais no processo de luta pela terra, por direitos básicos de subsistências para a família e a comunidade como um todo. Como cita Regina Bruno; em todos períodos da história do Brasil houve movimentos sociais de luta pela terra e por uma reforma agrária. Com isso, pode-se pensar o papel que teve essas mulheres por décadas de participação com mães, esposas, filhas e netas. Apesar da lentidão da emancipação da mulher como agente político nos movimentos sociais, no cenário urbano também não tem sido fácil, basta citar a porcentagem da representação da mulher no congresso nacional corresponde aproximadamente 9,94% do todo. (portal fórum). Desse modo, mas uma vez as lutas de gênero tem se apresentado constantemente nos setores machistas da sociedade brasileira. Neiva Furlin (2013, p. 260), lembra que em 1986, a comissão das mulheres sem terra fez

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



parte da equipe de preparação do I Encontro Nacional de Mulheres Agricultoras e sem terra, participando 60 mulheres de assentamentos de diferentes regiões. É importante destacar que a particularidade existe em todos os movimentos sociais, alguns inseriram a mulher como forma de reconhecimento como sujeito de direitos sociais; outros levaram algum tempo reformulando suas normas e práticas sociais. Sobre o MST, Furlin diz:

É possível afirmar que, além da pressão interna provocada pela organização das mulheres, fatores externos também influenciaram o MST, para que este fosse se abrindo a atuação das mulheres. Tais fatores aparecem ligados aos inúmeros convites feitos às mulheres assentadas, a fim de que tivessem representação em eventos internacionais. (idem).

Analisando os múltiplos movimentos organizados por mulheres no território brasileiro deparei-me com outros tipos de organização que envolve participação das mulheres do campo, como as mulheres do sertão de São Francisco na produção de queijo coalho, tentam resistir na sobrevivência de uma tradição que luta para existir aos interesses da comercialização externa. Outros:

A organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), criada em 2008, tendo como objetivo para uma maior articulação econômica das mulheres rurais.

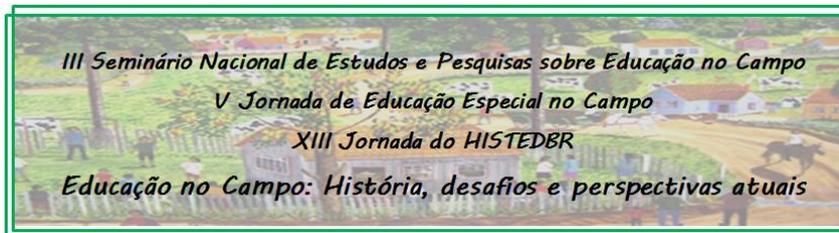
O grupo produtivo Pé da Serra, em Bonito (MS), criado em 2003 no Estado do Mato Grosso do Sul, sua atividade produtiva é a agroindustrialização de produtos vegetais. O grupo inicialmente foi composto por mulheres que pertencem ao assentamento Santa Lucia.

O grupo produtivo Fibra e Arte em Macaé- RJ, no assentamento Prefeito Celso Daniel, o grupo foi formado em 2007. Produzem artesanato com fibra da bananeira e palha de milho matéria sustentável ao meio ambiente e de fácil acesso na região.

O grupo produtivo Liberdade- Pitimbu (PB) fica na Zona da Mata sul da Paraíba, no assentamento Apasa. Formado em 2005, o objetivo foi promover o artesanato no município.

Associação de Mulheres Agroecológico (AMA Vergel) organizado por mulheres em assentamento em 2004, como o horto Vergel em Mogi Mirim, SP. Tem a preocupação do autoconsumo de alimentos saudáveis, a sustentabilidade e renda familiar. (participam de oficinas, horta natural e plantas medicinais).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



O grupo produtivo Anecha (SC) criado em 2001 em Joaçaba, fabrica bolos, biscoitos de milho e trigo, doces em geral com produtos da agricultura familiar do sul do país. (2013, PP.233-235).

São inúmeros grupos, organizações, movimento e cooperativas organizada por mulheres de norte ao sul do Brasil. Esses são os que foram mencionados, fora os que estão sendo organizados nesse momento por algum grupo de mulheres que desejam independência financeira, ou um modelo de vida sustentável sem destruir a seu meio ambiente, ou seja, apenas desejando se vista como um ser social que produz, existe e sonha. Como disse E. Durhan (1973), “o sonho de refazer um passado, através de um futuro melhor”.

Referências

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. (ORG.). **Mulheres Camponesas: Trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Alternativa: Niterói, P.20, 2013.

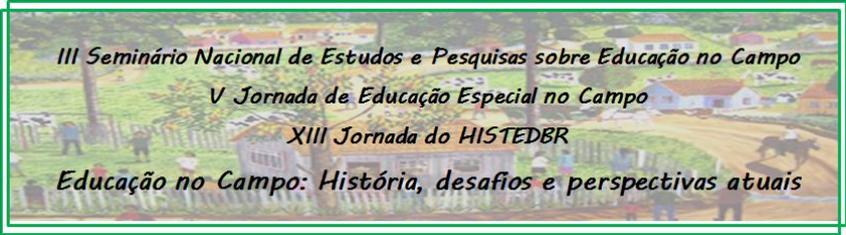
SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras. **Mulheres Camponesas: Trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Alternativa: Niterói, p.85 2013.

MANESCHY, Maria Cristina; ESCALLIER, Cristiane. Mulheres na pesca artesanato no Pará: (2004). Rio de Janeiro. Boletim Rede Amazonas, RJ, V.3, N.O1, PP.77-89, 2004. **Mulheres Camponesas: Trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Alternativa: Niterói, p.7, 2013.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: Um estudo sobre o discurso e as praticas de participação das mulheres. **Mulheres Camponesas: Trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Alternativa: Niterói, p.260,2013.

BRUNO, Regina; WESZJUNIOR JUNIOR, Valdemar João; BORDALO, Caroline de Araujo; AQUINO, Sílvia Lima de; JALIL, Laeticia. Razoes da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. Pesquisa realizada em 2009 e 2010. **Mulheres Camponesas: Trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Alternativa: Niterói, PP. 233-235, 2013.

MANESCHY, Maria Cristina; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. Publicado 07/02/15. **Mulheres Camponesas: Trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Alternativa: Niterói, p.4,2013.



www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015